

### **Eixo Temático**

8. Questões Teórico-Methodológicas da História da Educação

### **Título**

## **EDUCAÇÃO DE CUNHO LIBERTADOR NO MST: PERSPECTIVAS EMANCIPATÓRIAS FRENTE À CRISE SOCIOAMBIENTAL**

### **Autor**

Renan Dias Oliveira

### **Instituição**

Universidade de Franca (UNIFRAN)

### **E-mail**

renandoliveira@yahoo.com.br

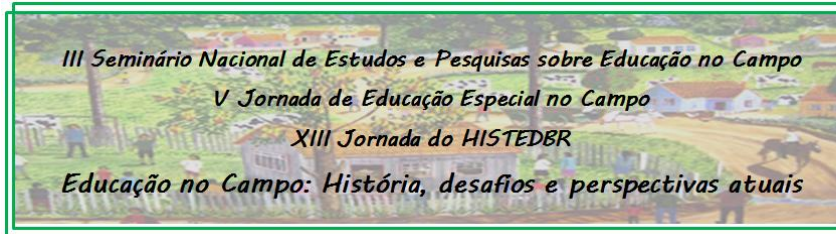
### **Palavras-chave**

Educação; Libertação; MST; Crise e Ecologia

### **Resumo**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tem, desde sua origem, uma atenção especial para os espaços formativos em sua dinâmica de atuação. Junto a esses espaços é comum um momento antecessor de mística, seja através de atividades lúdicas, dinâmicas de meditação ou ambientação de lugares. Um importante local de formação do MST é a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que existe desde 2005, na cidade de Guararema-SP. Este trabalho se propôs a pesquisar os cursos oferecidos na ENFF num recorte temporal de cinco anos (2011-2015), a fim de compreender a leitura que o MST faz neste momento de crise socioambiental, e, por conseguinte, sua proposta de formação educativa, aliada ao cultivo da mística. O movimento compreende que neste início de século vive-se uma crise estrutural, com facetas econômicas (com os sintomas da crise internacional desde 2008) e ambientais (com sintomas que revelam o caráter predatório da produção nos latifúndios). Também entende que os mais afetados por esta crise são os trabalhadores e trabalhadoras, com grande impacto nos ecossistemas em geral. Com uma perspectiva de transformação da sociedade de forma também estrutural, o MST tem oferecido cursos na ENFF que se aprofundam na temática da atual crise socioambiental. Como ocorre em todos os cursos na Escola, há o momento de mística que os precedem. Este trabalho concluiu então que muitos desses momentos têm incorporado a dimensão socioambiental, o que se poderia chamar de

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



mística ecológica. Concluiu também que o MST deverá aprofundar nos próximos anos cursos de formação que tenham como temática central a atual crise, e que a dinâmica dos mesmos deverá ser fundada em uma educação de caráter libertador e numa mística de caráter ecológico.

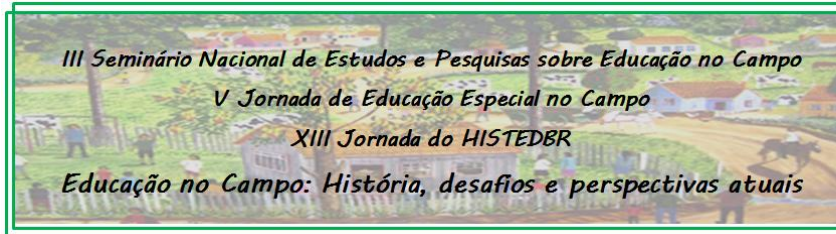
### **Texto Completo**

Este trabalho tem dois eixos principais: analisar, do ponto de vista da Sociologia Ambiental, a leitura e a interpretação que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) faz da atual crise socioeconômica e ambiental, e analisar, do ponto de vista da Sociologia da Religião, como o Movimento tem desenvolvido uma mística de caráter ecológico em suas atividades formativas. O espaço pesquisado é a Escola Nacional Florestan Fernandes, entidade ligada ao MST, criada em 2005, sediada no município de Guararema, estado de São Paulo, que se dedica à formação política de militantes do movimento e também a outros militantes e grupos diversos que se interessem por seus cursos. Morissawa (2007) aponta que o MST tem, desde suas origens, uma atenção especial para os espaços formativos em sua dinâmica de atuação. Após as primeiras ocupações de terra do movimento na década de 1980 e como fruto, principalmente, de seu 1º Congresso Nacional em 1985, o MST já defendia que as ocupações têm um caráter pedagógico por excelência. Quem nelas está envolvido aprende, ensina e partilha conhecimentos. Mas já reconhecia que para manter a dinâmica e os propósitos do movimento coesos seriam necessários espaços específicos de formação.

Hoje, o MST conta com onze setores em sua estrutura de organização, sendo um deles de “Educação” e outro de “Formação”. O setor de “Educação”, que atua constantemente nos acampamentos e assentamentos, abarca uma perspectiva ampla, que envolve desde as necessidades específicas das ocupações, a conquista de escolas nos acampamentos e a capacitação de professores até à construção de um modelo alternativo de educação radicalmente popular, e à erradicação do analfabetismo nas áreas de atuação. Como é explicitado no site do movimento:

Se a terra representa a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, a educação é o outro instrumento fundamental para a continuidade da luta. Com isso, o Setor de Educação busca dar repostas às necessidades educacionais nos acampamentos e assentamentos. Os maiores objetivos são a erradicação do analfabetismo nas áreas, a conquista de condições reais para que toda

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



criança e adolescente esteja na escola, isso implica na luta por escolas de ensino fundamental e médio dentro dos assentamentos, a capacitação dos professores para que sejam respeitados enquanto sabedores das necessidades e portadores da novidade de construir uma proposta alternativa de educação popular. (Disponível em <http://www.mst.org.br/quem-somos/> 15/05/2015).

Já o setor de “Formação” abarca, de forma mais específica, a estruturação e organização dos cursos de formação política, como também se pode ler no site do MST:

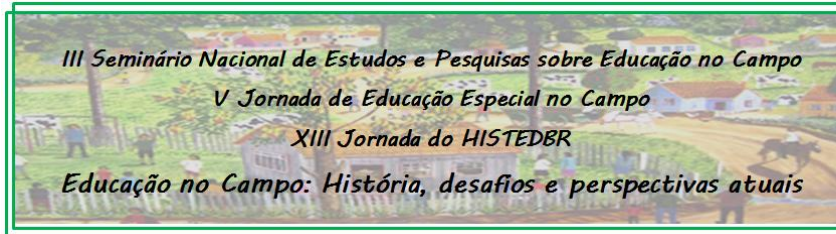
As diversas formas de luta, por si só, já são um elemento fundamental na formação das pessoas. Porém, é preciso ir além e se aprofundar na compreensão do mundo e adquirir uma formação sociopolítica da qual, em geral, os trabalhadores foram privados. Para isso, existe o Setor de Formação, que tem a tarefa de organizar cursos de formação política. (Disponível em <http://www.mst.org.br/quem-somos/> 15/05/2015)

Além dos setores organizativos há um espaço destinado aos editoriais do movimento, no qual um dos eixos é “Educação, Cultura e Comunicação”. Esse eixo, que atua na edição dos jornais e nos materiais pedagógicos do MST, considera a educação com base no Dicionário na Educação do Campo, o qual tem a seguinte definição: “A educação e o acesso à cultura, ao conhecimento, a valorização dos saberes populares, é condição fundamental para a realização dos brasileiros como seres humanos plenos, com dignidade e altivez.” (CALDART *et al.* 2012: 239).

A ENFF está situada no município paulista de Guararema e foi inaugurada com um grande evento internacional em 23 de janeiro de 2005. Construída entre os anos de 2000 e 2005, graças ao trabalho voluntário de mais de mil trabalhadores sem terra e simpatizantes, hoje a escola oferece grande quantidade de cursos em várias áreas do conhecimento. Como registra em seu site, a Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes, entidade de militantes e colaboradores, que objetiva divulgar atividades, desenvolver parcerias, promover campanhas de solidariedade e de arrecadação de recursos, assim define a escola:

Sua missão é a de atender às necessidades da formação de militantes de movimentos sociais e organizações que lutam por um mundo mais justo. Os recursos para a sua construção foram obtidos com a venda de fotos de Sebastião Salgado e do livro Terra (fotos de Sebastião

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



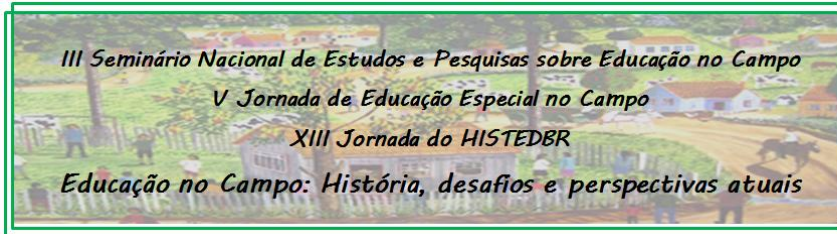
Salgado, texto de José Saramago e música de Chico Buarque) e mediante a contribuição de entidades da classe trabalhadora do Brasil, da América Latina e de várias partes do mundo. Os recursos para a sua manutenção e funcionamento são obtidos por meio de financiamento de projetos nacionais e internacionais, por doações de organizações e movimentos sociais, além da colaboração individual voluntária de um número crescente de mulheres e homens que apoiam o projeto. Atualmente a ENFF encontra-se ameaçada pelo estrangulamento econômico, no contexto da ofensiva orquestrada pela direita brasileira contra os movimentos sociais, particularmente o MST. No momento em que os movimentos sociais são obrigados a mobilizar suas energias para resistir aos ataques dos donos do capital, a Escola também se torna alvo dessa política: as classes dominantes não aceitam a ideia de que os trabalhadores tornem-se sujeitos conscientes de sua própria história. (Disponível em [www.amigosennf.org.br/pt-BR/a-escola/construcao](http://www.amigosennf.org.br/pt-BR/a-escola/construcao) 15/05/2015).

E com relação à formação política desenvolvida na Escola, assim define a Associação:

Já passaram pela escola mais 24 mil pessoas que participaram de cursos, seminários, conferências e visitas, oriundas de movimentos sociais do campo e da cidade, de todos os Estados do Brasil, de outros países da América Latina e da África. Mais de 500 professores voluntários (do Brasil, demais latino-americanos e de outras regiões) apoiam a escola nas áreas de Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo, Estudos Latino-americanos, etc. Além disso, oferece cursos superiores e de especialização, em convênio com mais de 35 universidades (por exemplo, Serviço Social e Direito) e mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, por meio de convênio com a UNESP e Cátedra UNESCO de Educação do Campo. A ENFF também mantém convênio com mais de 15 escolas de formação em outros países. (Disponível em [www.amigosennf.org.br/pt-BR/a-escola/formacao](http://www.amigosennf.org.br/pt-BR/a-escola/formacao) 15/05/2015).

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é um espaço destinado, por excelência, para a formação política e para a construção de um modelo de educação radicalmente popular. A inspiração pedagógica do MST, que se cristaliza na ENFF, baseia-se em diversos autores e perspectivas de educação popular, mas como aponta Ribeiro (2015), sua principal fonte remete à chamada “educação libertadora”, com base nas obras, metodologia e atuação do educador Paulo Freire. Esta perspectiva de

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



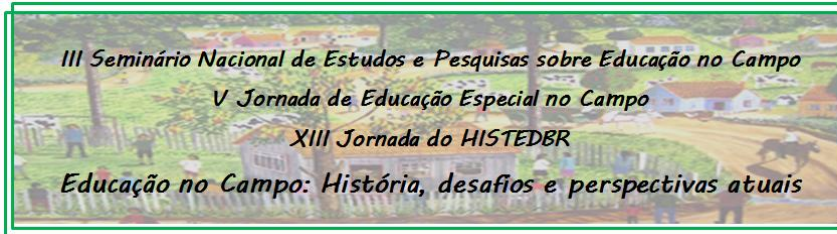
educação, desde 1961 com o Movimento de Educação de Base (MEB), organismo vinculado à igreja católica, passou a defender que o projeto educacional e pedagógico da classe trabalhadora não poderia ser o mesmo projeto educacional e pedagógico do capital. Com inspiração em teóricos marxistas, os educadores populares do MEB começavam a perceber que o projeto educacional dos setores oprimidos da sociedade estava intrinsecamente ligado a um projeto político próprio. O projeto da classe trabalhadora, da educação de caráter libertador, deveria estar, então, atrelado à luta de classes. No caso da classe trabalhadora do campo, deveria estar atrelada ao enfrentamento ao latifúndio e à luta pela reforma agrária.

O primeiro momento em que se torna claro que o enfrentamento de interesses de classe é necessário ocorre na própria ocupação de terras. Segundo Silva (2007), a ocupação é um momento de disputa, contestação e ruptura da propriedade privada, o que fomenta a construção de uma nova ordem social. A expropriação de terras sugere um campo amplo para debates, compreensão e aprofundamento da consciência em torno do controle e do domínio que existe no bojo da sociedade capitalista. A autora define a expropriação como: “(...) processo complexo e interligado entre produção material e ideológica da vida, a partir da caracterização da expropriação dos meios de produção, compreendemos o caráter educativo que a sustenta, ao mesmo tempo em que é gerado por ela.” (SILVA, 2007: 7).

Posteriormente, esse conhecimento advindo da prática política é sistematizado para os cursos de formação na ENFF. Como citado anteriormente, há diversas áreas de formação na escola, como Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural e outras. Este trabalho se propôs a analisar cursos que a ENFF ofereceu entre os anos de 2011 e o presente ano de 2015 que trataram da temática da atual crise estrutural do capital, que manifestou seus sintomas mais notórios a partir de 2008, principalmente em suas matizes socioeconômicas e ambientais.

Esses cursos expressam a leitura e a interpretação que o MST faz da presente crise. Com base em Mézaros (2002), o movimento compartilha da tese do filósofo húngaro de que esta crise é a manifestação das consequências mais perniciosas da ordem regida pelo capital, que afeta primordialmente os trabalhadores e ecossistemas inteiros. Os principais sintomas da crise são o desemprego estrutural, a precarização

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



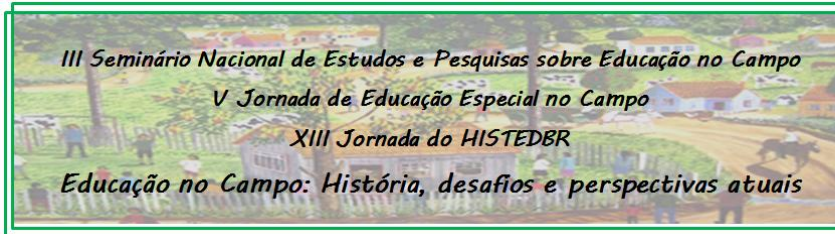
intensiva da força de trabalho e a catastrófica e intensa destruição ambiental. Também com base em estudo de Pinassi (2009) o MST defende a tese de que durante sua fase de ascensão histórica o sistema metabólico do capital protelava a agudização desses problemas, utilizando-se de sua estrutura hierárquica e sedimentada no desenvolvimento desigual, transferindo suas contradições do centro para a periferia do sistema.

Conforme a ideia de Mézaros (2002), em um determinado momento de acumulação, os limites absolutos do capital são desafiados e a crise se manifesta em quatro eixos principais: possui caráter universal no mundo do trabalho, seu caráter estrutural afeta todas as economias nacionais, atinge uma escala temporal permanente e, por fim, tem um caráter “sub-reptício”, rastejante, diferente das bruscas alterações do sistema nos sécs. XIX e XX. É uma crise que afeta a totalidade do sistema, recaindo nos setores oprimidos social, política e economicamente, além de causar impactos ambientais irreversíveis.

A partir dessa leitura da atual crise socioambiental, o MST tem oferecido cursos que se aprofundam no estudo do tema, e que também projetam estratégias de atuação na luta dos sem terra e da classe trabalhadora como um todo. A perspectiva ecossocialista tem sido incorporada pelo movimento como resposta dos trabalhadores à atual crise, tendo como uma das bases o Manifesto Ecossocialista Internacional de 2003. Dentre as ideias defendidas no manifesto, a agroecologia ocupa papel de destaque, para a produção de alimentos saudáveis, para a conquista da soberania alimentar dos povos e para um relação sustentável com a terra. Luta que o MST encampa desde sua fundação. Outra ideia presente no Manifesto e nos cursos do MST é a urgência de se incluir a plataforma ecológica nos programas políticos das esquerdas. Não é mais possível tratar da emancipação da classe trabalhadora sem tratar da sobrevivência do próprio sistema-Terra, que assim como a força de trabalho, também é explorado e exaurido em suas energias vitais.

Também com base em Mézaros (2002), uma das ideias-chave nos referidos cursos é a de que o capital pode ser visto como um sistema de metabolismo social norteado pela acumulação e expansão incontroláveis. Ao contrário do que defende grande parte dos economistas burgueses, o capital não é um mecanismo dirigido racionalmente, mas sim uma forma incontrolável de controle sociometabólico. É um

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



sistema de metabolismo social norteado pela acumulação e expansão incontrolláveis e insustentáveis.

Recuperando as ideias dos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” de Marx de 1844, nos quais o autor salienta que a natureza é o corpo inorgânico do homem, o MST traz para seus espaços formativos as ideias clássicas que viriam a estruturar a perspectiva do ecossocialismo no século XXI. Uma das principais bases do ecossocialismo é a seguinte tese de Marx nos Manuscritos de 1844:

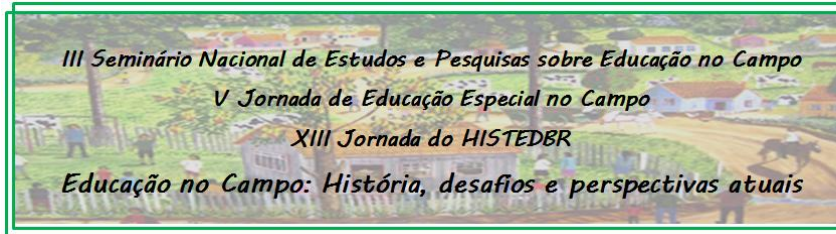
O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se e permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza (MARX, 2003: 116).

Foster (2006) resgata essa tese de Marx quando afirma que o sentido de troca metabólica entre o ser humano e a natureza define a especificidade da reprodução humana, pelo qual o trabalho é entendido como o processo em que os seres humanos mediam e controlam seu metabolismo com a natureza. O potencial de alterar as condições naturais dadas e a possibilidade de controle social da reprodução humana permitiu ao gênero humano seus primeiros atos históricos. E a troca de produtos entre indivíduos isolados criou relações sociais de produção específicas, geradas no curso dos sociometabolismos dos sistemas sociais. Também Mézáros (2002), com base nessas ideias fundantes de Marx, apresenta o capital como um sistema historicamente específico de reprodução do metabolismo social, cuja lógica totalizadora e avessa ao controle social, expande irracionalmente suas forças destrutivas pautadas no desperdício e na exploração da força de trabalho humana e na devastação ambiental, norteada unicamente pelos ditames cegos da acumulação.

Juntamente a essa formação educativa a partir de uma perspectiva notoriamente ecossocialista nos cursos, desenvolvem-se, antes, durante ou depois dos cursos, momentos de mística de caráter também ecológico. Como bem aponta Souza (2012):

A mística mantém, nesses quase trinta anos de história e lutas do MST, um relevante destaque na organização, fazendo parte de todos os eixos organizativos do movimento. Mesmo não havendo um setor

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



específico responsável por essa atividade, todos os outros setores, como produção, frente de massas, saúde, formação, cultura, educação, comunicação, entre outros, absorvem para si o papel de ensiná-la em suas atividades. Em formato de rito, são performances que transcendem o espaço dos acampamentos e assentamentos e são consideradas quase obrigatórias nos encontros, atividades pedagógicas, como cartão de visitas ou como forte componente dos próprios atos e manifestações políticas do grupo. A mística aparece como um fator de agregação e motivação constante, que objetiva gerar vínculos entre os militantes e o MST. As objetivações artísticas canalizam em narrativas a revolta popular do movimento (p. 35).

E conforme a definição do próprio MST (2007):

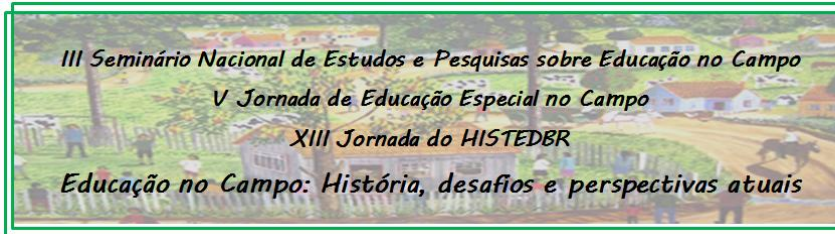
A mística é a motivação para seguir em frente, nasce do coração e nem sempre atravessa o cérebro, mas sempre se traduz em ações e expressões concretas. O conteúdo da mística são os valores da justiça, igualdade, da liberdade; é o companheirismo, a solidariedade, a resistência, o sonho de uma vida digna, o sonho de uma nova sociedade, de uma nova educação, de um novo homem e de uma nova mulher. É a paixão que vai sendo construída pela causa do povo. (p.11).

O movimento considera a mística fundamental em seu processo de atuação. A mística é considerada em suas múltiplas dimensões: lúdica, simbólica, afetiva, educativa, religiosa. Aqui nos interessa principalmente as dimensões religiosa e educativa da mística. Educativa, pois todos os cursos estudados no período têm o momento de mística. A mística e a educação estão interligadas no MST. Em todos os momentos de formação educativa a mística está presente. Quanto à dimensão religiosa, a partir da perspectiva da Sociologia da Religião se procurou compreender como a religiosidade (ou a espiritualidade) dos militantes tem um papel central na atuação do MST.

Löwy (1991) aponta que o MST é fruto do contexto de lutas sociais na América Latina, quando o continente se libertava de cruéis ditaduras conservadoras. Nesse período floresceu uma nova forma de produção teológica, genuinamente latino-americana, a teologia da libertação. Fundada na máxima da “opção preferencial pelos pobres”, os teólogos da libertação usavam muito do instrumental marxista em suas análises. Defendiam que a fé não detinha os instrumentos necessários para a análise social e política, e identificavam no marxismo um arcabouço teórico-conceitual

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**





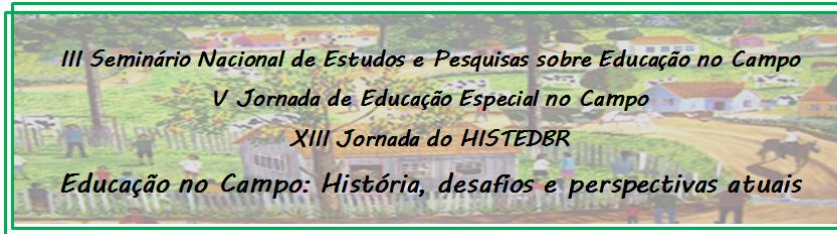
umbilicalmente ligado à sua “opção preferencial pelos pobres”. O MST foi o primeiro movimento social de grande envergadura que soube fazer uma sólida síntese no que se refere à dimensão libertadora da fé na atuação política.

Com forte ligação com a igreja católica, com a Comissão Pastoral da Terra – CPT (entidade ligada à igreja católica), com o chamado “cristianismo da libertação”, com teólogos da libertação (como frei Betto e Leonardo Boff) e com bispos progressistas (como Pedro Casaldáliga), o MST se contrapôs à velha estratégia da esquerda marxista brasileira de que a classe operária deveria ser conquistada pela compreensão científica da sociedade, da luta de classes, da alienação, etc. Considerava absurdo, por exemplo, iniciativas de grupos comunistas (como o próprio Partido Comunista Brasileiro) que exigiam um “atestado de ateísmo” para um militante atuar em suas fileiras. O movimento considerava que a forte religiosidade da população brasileira mais pobre, principalmente da classe trabalhadora do campo, deveria estar em primeiro plano na luta política. E a teologia da libertação indicava o caminho para essa síntese entre religiosidade e engajamento social. Mas o MST não desconsiderava a análise científica, pelo contrário, até hoje considera de vital importância a análise científica para a sua atuação. E, dentre as perspectivas de análise social, o marxismo é fundante na ENFF e no MST como um todo. Inclusive, para a análise do fenômeno religioso, como abordaremos adiante (LÖWY, 1991).

Além disso, o MST compreende, de forma muito consistente, que a mística é uma dimensão antropológica, fundante do humano. Precede e, dialeticamente, está para além de qualquer confissão religiosa. Por isso, é mais adequado tratar de uma “espiritualidade libertadora”, do que de uma “religiosidade libertadora”. Todo o caráter lúdico e a simbologia da mística são expressões de uma motivação mais profunda e radical. Como explicita resolução do movimento, resgatando ideias de Paulo Freire “A mística de aprender e ensinar deve ser a base da campanha de alfabetização das famílias Sem Terra” (MST, 2007: 13). Alfabetizar é fundamental. Mas a mística do processo educativo de cunho libertador dialógico, de aprender e ensinar, precede e procede da alfabetização.

Dessa forma, o movimento constrói uma relação necessária e respeitosa com a mística. Necessária, porque traz para a formação e para a atuação coletiva a importância

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**

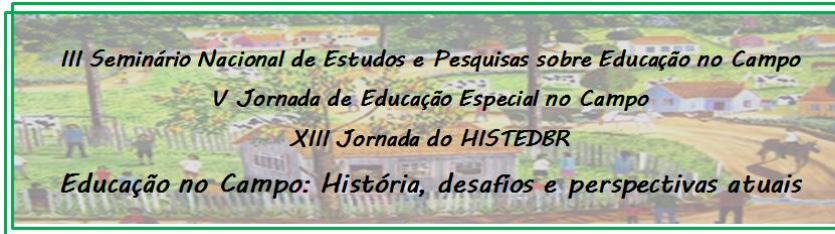


da mística libertadora e ecológica, em sua simbologia e em atividades lúdicas. Considerar essa importância é compreender a centralidade da motivação profunda e emocional que a classe trabalhadora tem de libertar-se, para além dos caracteres puramente racionais. E respeitosa porque considera a importância da dimensão religiosa de seus militantes na luta política. Cada um é respeitado por sua crença pessoal e valorizado pelo potencial libertador que essa crença pode ter na luta dos sem terra. Analisaremos, a partir da Sociologia marxista da religião como Karl Marx e Friedrich Engels trataram do fenômeno religioso, em sua totalidade dialética.

À época de Marx e Engels (séc. XIX), havia dois modelos de interpretação da religião correntes. O primeiro advindo dos enciclopedistas franceses (séc. XVIII), que se denominava “modelo egípcio”, pois fazia uma alusão dos sacerdotes católicos franceses aos sacerdotes egípcios, considerando-os uma casta parasitária, que inventou os deuses para submeter grande parte do povo a uma situação de exploração. O segundo modelo advém da Alemanha, dos neo-hegelianos de esquerda (idealistas), onde se situava Marx, Feurbach, Bruno Bauer e Engels. Para Feurbach, a religião era a alienação da essência humana, Deus era uma fabricação das sociedades humanas. É uma alienação, pois o ser humano projetou em Deus todas as suas qualidades próprias. É uma visão a-histórica da religião, que a trata como uma essência. Uma visão que também não a relaciona com a economia, com a sociedade, com a luta de classes, mas com a humanidade de forma geral. É somente em “A Ideologia Alemã”, de 1846, que se consolida a “filosofia da práxis” em Marx e Engels, o materialismo histórico-dialético.

Na “Ideologia Alemã” Marx e Engels (2002) tratam da religião como uma das várias formas da ideologia e uma das várias formas da produção espiritual de um povo (ideias, representações, conceitos, teorias, formas de consciência, etc.). Essa produção está estritamente relacionada com a sociedade, com o conflito social, com o conflito de classes e com as condições econômicas. Para os autores, a religião é um fator, dentre outros, na produção espiritual, na ideologia.

Mas o interesse de Marx e Engels (2002) se concentra na relação entre a religião e a realidade social concreta. Há duas fórmulas nos autores: a primeira defende que as ideias religiosas são reflexo da realidade social. A segunda tem uma perspectiva de totalidade (presente em “A Ideologia Alemã”), e enxerga o fenômeno da religião em

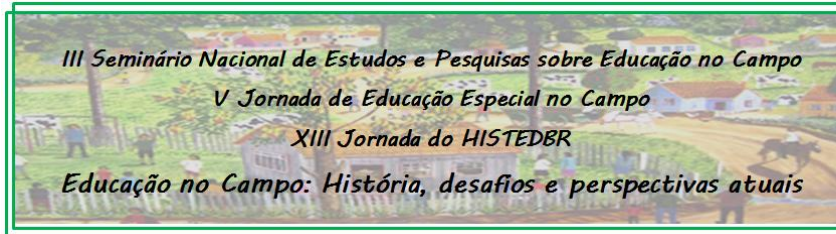


relação às demais esferas da sociedade (economia, filosofia, política, etc.), já que nenhuma dimensão da vida social pode ser compreendida de forma isolada explica as diversas formas de consciência a partir das relações sociais, o que permite representar o fenômeno na sua totalidade. Examina a ação recíproca de seus diferentes aspectos (a religião também influencia nas relações sociais).

Marx e Engels (2002) defendem, então, uma concepção historicista da religião. Quando a sociedade muda, mudam as representações religiosas (ocorre também o movimento contrário, ou recíproco). Em sua obra mais importante, “O Capital”, de 1867, Marx responde a críticos do materialismo histórico, que durante todos os períodos da história o ser humano teve que viver do trabalho. As condições econômicas da Idade Média, por exemplo, explicam porque a religião jogou o papel principal na vida social. O método materialista, então, não nega que a religião possa ter um papel muito importante na vida social. Ainda que Marx não tenha se ocupado profundamente com essa questão, ele lança o método capaz de entendê-la.

Também na obra “O Capital” há outras abordagens sobre religião, mais especificamente sobre o Protestantismo. O que interessa Marx (2010) é a relação do protestantismo com o capitalismo, com a burguesia. Do ponto de vista metodológico, ele analisa essa relação sob vários ângulos. A religião protestante é, muitas vezes, um reflexo do mundo capitalista. A sociedade burguesa encontra nas formas abstratas religiosas protestantes seu reflexo. Mas, em seguida, Marx trata dessa relação não apenas como reflexo, mas como complemento, a burguesia cria uma religião que lhe satisfaz, como por exemplo, na questão de transformar os dias tradicionais de festas em dias de trabalho, o que desempenhou importante papel na gênese do capital (MARX, 2010).

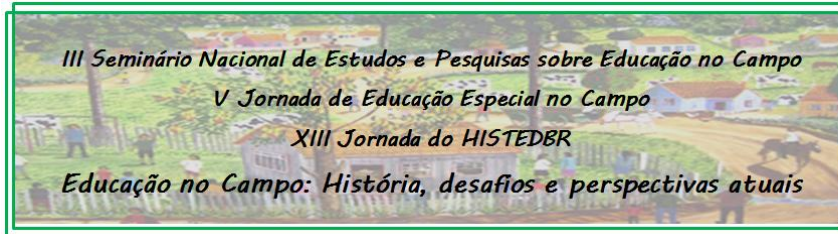
Marx e Engels (2002) fazem uma superação dialética, uma síntese dialética dos dois modelos da época (enciclopedistas materialistas e neo-hegelianos idealistas), que considera a religião como parte e produto da realidade socioeconômica e da produção espiritual de determinada sociedade. A inovação dos autores, sociologicamente, é a relação que estabelecem entre a religião e as relações sociais, a religião e as classes sociais, a religião e a luta de classes. Marx e Engels são fundadores de uma perspectiva de análise sociológica do fenômeno religioso.



Engels vai além de Marx, pois é um dos fundadores do que se considera hoje “Sociologia da Religião”. Engels (2011) desenvolve uma análise materialista das teorias e dos regimes políticos, em relação dialética com as teorias e práticas religiosas na Alemanha dos séculos XV e XVI principalmente, e também com as influências religiosas dos socialistas alemães no século XIX. Defende a tese de que o cristianismo, por exemplo, assume diferentes formas ao longo da história, que estão intrinsicamente ligadas ao contexto social e histórico, aos conflitos sociais, à luta de classes. Ele compartilha com Marx a ideia de que a religião pode servir como mantenedora da ordem. Mas também que pode assumir formas sociais contestatórias, e até formas revolucionárias. Na análise sobre as guerras camponesas na Alemanha dos séculos XV e XVI, ele salienta que o povo alemão (como os franceses e ingleses) também tem sua tradição revolucionária na luta de classes e que, indubitavelmente, estas tiveram um caráter religioso:

Na minha exposição, na qual me limito a descrever a traços largos o curso histórico da luta, procuro explicar a origem da guerra camponesa, a posição ocupada pelos diferentes partidos que nela intervêm, as teorias políticas e religiosas que esses partidos procuravam explicar a si mesmos, a sua posição e, finalmente, o próprio desenlace da luta como uma consequência necessária das condições históricas da vida social dessas classes naquela época. Por outras palavras, procuro demonstrar que o regime político da Alemanha, as sublevações contra esse regime e as teorias políticas e religiosas da época não eram a causa, mas sim a consequência do grau de desenvolvimento que se encontravam então, na Alemanha, a agricultura, a indústria, as vias de comunicação terrestres, fluviais e marítimas, o comércio e a circulação de dinheiro. (ENGELS, 2011, p.40).

Para ele, não é possível analisar o fenômeno religioso sem que este esteja dialeticamente ligado à dinâmica social e econômica da vida, à realidade material. Por isso, retoma o contexto da Alemanha nos séculos XIV e XV para desenvolver uma análise histórica. Aponta que nestes séculos a indústria alemã havia adquirido um desenvolvimento notável. Certamente que de forma diferente da Inglaterra e da França, onde o desenvolvimento econômico esteve intrinsecamente ligado à centralização política. Na Alemanha à medida que decaía o império puramente feudal, a não centralização política conduzia à formação de reinos e principados independentes. Esta

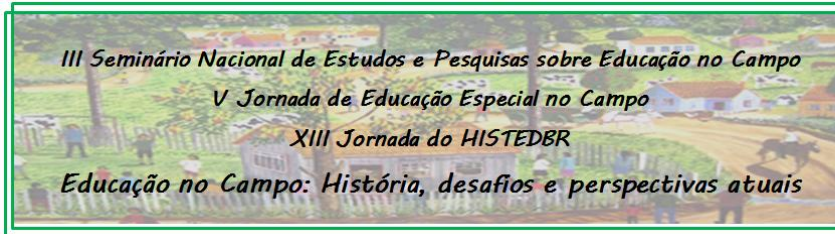


fragmentação política estabilizou-se com a exclusão da Alemanha do comércio mundial à época.

Concomitantemente a esse cenário, a burguesia crescia e se fortalecia nas cidades, reunindo diversos elementos para o desenvolvimento industrial capitalista. Dentre tais elementos, podem-se citar a degeneração das características econômicas da sociedade feudal e corporativa, além do crescimento do proletariado. Este último, ainda em estágio embrionário, teve na região da Turíngia forte influência do líder anabatista Thomas Münzer. Engels (2011) aponta que o proletariado e em formação, no contexto da Reforma Protestante, pôde em muitos momentos da luta de classes se impor em relação aos outros grupos em conflito. A guerra camponesa, liderada por Münzer no século XVI, possibilitou muitas conquistas sociais e econômicas para frações plebeias do povo alemão, sob forte influência religiosa. Ainda que a falta de rigor de suas reivindicações tenha impedido a consolidação de uma base política firme à época, o protagonismo do proletariado, sob a liderança de Münzer, foi notória.

Ele analisa os conflitos sociorreligiosos e como se formam campos também sociorreligiosos e político-religiosos durante a Reforma Protestante. O primeiro é o campo conservador reacionário católico, formado pela Igreja (liderança do papa), pelo Sacro Império Romano-Germânico (liderança do imperador e príncipes) e pelas classes dominantes, como os patrícios, aristocratas urbanos. Contra esse campo se forma o campo reformador burguês protestante, que de início luta contra o campo conservador, atendendo aos apelos de Lutero. Num momento seguinte esse campo se divide. Forma-se um campo moderado burguês, em torno de Lutero e Calvino, que são setores da burguesia comercial e manufatureira que se forjava como classe, proprietários de terras e bancos, setores da pequena nobreza e até um grupo de príncipes se identifica com tal proposta.

Quando se manifesta o caráter absolutamente burguês da Reforma oficial (e Lutero aparece como representante declarado da reforma burguesa), os elementos plebeus e camponeses vão se afastando do movimento reformador. Sabendo que, devido às circunstâncias sociais e políticas do momento, qualquer alteração deveria redundar em proveito dos príncipes, Lutero se tornou laiaio do povo, que passou a considerá-lo “servidor dos príncipes”. Aparece, então, uma terceira força, que é a dos

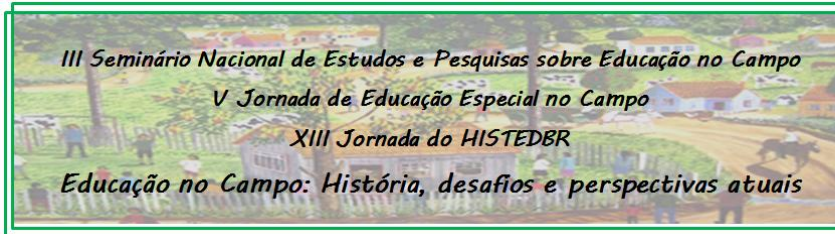


anabatistas, socialmente radical. Revoltam-se contra Lutero, que, naquele momento, ainda tinha em sua base social a população mais pobre, de onde vem Thomas Münzer e os anabatistas.

A partir da análise dos campos sociorreligiosos, Engels (2011) defende, primeiramente, que as guerras religiosas na Alemanha do século XVI foram, em essência, lutas de classes. Os interesses, necessidades e reivindicações materiais das classes em questão teriam se manifestado sob um signo religioso. É importante destacar que, em sua perspectiva, essa “capa religiosa” em nada altera os interesses econômicos das classes em conflito.

Em uma análise dialética e totalizante, Engels (2011) aponta que a sociedade da Idade Média europeia se ergueu a partir das ruínas materiais da sociedade antiga, mas que herdou o cristianismo como fonte de verdade. Desta forma, toda a instrução medieval, controlada pelos padres católicos e sob os ditames da teologia, seguia os dogmas católicos. Os dogmas eram também axiomas políticos e, além de tudo, tinham força de lei. Essa supremacia da teologia católica medieval era o símbolo de uma igreja que sancionava toda a ordem social e econômica de uma época. Ficava evidente, então, que toda contestação da ordem, todo ataque contra o feudalismo deveria ser um ataque contra a igreja: “[...] todas as doutrinas revolucionárias, sociais e políticas, deviam constituir em primeiro lugar heresias teológicas. Para poder tocar na ordem social existente seria necessária despojá-la de sua áureola. Uma oposição, de caráter revolucionário [...] foi constante na Idade Média.” (ENGELS, 2011, p.73).

Analisando o campo sociorreligioso dos camponeses e plebeus, liderado por Münzer, Engels (2011) o entende como uma antecipação forçada da história, já que a “fração proletária” da sociedade formou seu próprio campo político. O autor resgata a história dos taboritas, comunidade religiosa que partilhava bens com base da teologia milenarista e quiliástica (corrente da escatologia cristã, que considerava que a humanidade estava na iminência do milênio do reino de Cristo na Terra), para salientar as condições de vida dessa mesma fração proletária na Alemanha. Mas reafirma que no caso de Münzer e dos anabatistas, os “esboços de comunismo” expressavam uma ânsia real de classes da sociedade.

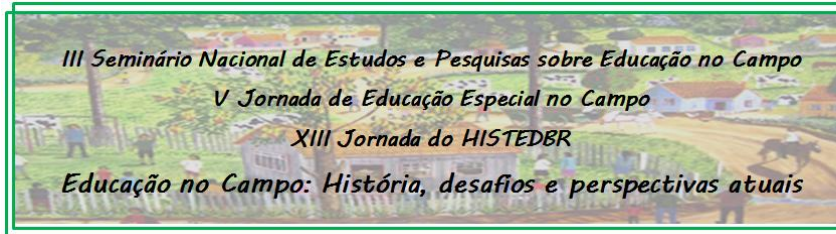


O líder anabatista acreditava profundamente no milenarismo, defendia uma teologia revolucionária e uma doutrina política também revolucionária. A partir do momento que essa teoria foi formulada com alguma clareza, ela esteve presente em todos os grandes movimentos populares europeus, até que por fim se unisse ao movimento proletário moderno. Os camponeses e plebeus formaram um verdadeiro “partido revolucionário” (um grupo que disputa o poder político, em acepção à concepção moderna de partido). O programa de tal partido era uma antecipação da compreensão do germen revolucionário dentre os plebeus, do fim das classes e do Estado, isto é, uma antecipação utópica do futuro, do programa socialista proletário do séc XIX (ENGELS, 2011).

O primeiro momento de seu interesse pelo cristianismo se dá em relação ao cristianismo primitivo, das primeiras comunidades cristãs. Na coletânea de artigos em questão, “As Guerras Camponesas na Alemanha”, de 1853, Engels (2011) formula a hipótese de que o cristianismo primitivo era uma religião de escravos. Mas logo ele abandona essa hipótese quando aprofunda seus estudos, já que havia judeus recém-convertidos e outros grupos nas primeiras comunidades cristãs. A tese a que ele chega é que o cristianismo primitivo era a religião de grupos como escravos, escravos libertos, camponeses, artesãos, endividados, camadas subalternas empobrecidas e outros. Mas não havia um programa social para todos esses grupos, então o único elemento unificador a esses grupos era a religião cristã, que projetava a libertação, o reino de Deus.

Outra tese de Engels (2011) é a de que a memória, a imagem, ou talvez até o mito do cristianismo primitivo inspiraram todas as revoltas plebeias cristãs ao longo da história. Como é o caso dos taboritas, uma “heresia” para a igreja católica na Idade Média, um grande movimento camponês coletivista na Boêmia. Também dos anabatistas à época da Reforma Protestante. E no século XIX, quando os primeiros comunistas alemães defendiam a ideia de que o verdadeiro comunismo é o cristianismo das origens.

Defende também que entre o cristianismo primitivo e o socialismo moderno há muitas semelhanças, pois são movimentos dos grupos subalternos, são movimentos reprimidos pelos poderes estatais e defendem a libertação iminente das situações de



exploração. Engels (2011) analisa cuidadosamente o movimento dos anabatistas no século XVI, liderado por Thomaz Münzer, que defendia que o reino de Deus aconteceria ainda na Terra. De forma similar ao que defendem os teólogos da libertação, que consideram que é obrigação do cristão construir o reino de Deus neste mundo.

Em síntese, Engels e Marx superam as correntes de sua época e criam algo novo, que é uma análise sociológica, materialista e histórica da religião. Fundamentalmente consideram a religião como um espaço social, cultural, simbólico e político de conflitos, em relação com os conflitos sociais. Tratar o fenômeno religioso a partir dessa perspectiva permite compreender porque a religião, e mais especificamente a espiritualidade, pode ter um caráter libertador e revolucionário.

## Referências

CALDART, T.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.), (2012), **Dicionário da Educação do Campo**, São Paulo: Expressão Popular.

ENFF. (s.d.) “Educação”. Consultado em 15/05/2015, Disponível em [www.amigosenff.org.br](http://www.amigosenff.org.br)

ENFF. (s.d.) “Formação”. Consultado em 15/05/2015, Disponível em [www.amigosenff.org.br](http://www.amigosenff.org.br)

ENGELS, F. (2011), **A Revolução Antes da Revolução I**, São Paulo: Expressão Popular.

FOSTER, J. (2006), **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira.

FREIRE, P. (1997), **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra.

LÖWY, M. (1991), **Marxismo e Teologia da Libertação**, São Paulo: Cortez Editora.

MARX, K. (2003), **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, São Paulo: Martin Claret.

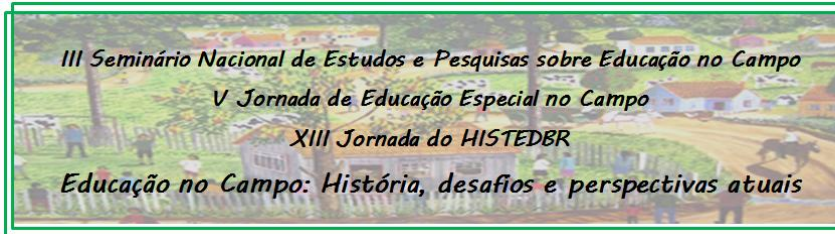
\_\_\_\_\_ (2007), **O Capital (Livro 1 -Vol I)**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, K. & ENGELS, F (2002), **A Ideologia Alemã**, São Paulo: Martins Fontes.

MÉSZAROS (2002), **Para Além do Capital**, São Paulo: Boitempo Editorial.

**[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**





MORISSAWA, M. (2007), **A Luta Pela Terra e o MST**, São Paulo: Expressão Popular.

MST. (2007) “Carta do 5º Congresso Nacional do MST.” Consultado em 10/05/2015, Disponível em [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**